



Dezembro/2014

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

### Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: Museologia

Nome do Candidato

Caderno de Prova '16', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

## PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo:  A  B  C  D  E

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

*A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.*

*Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o consequente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*

*Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.*

*Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.*

(Disponível em: [pib.socioambiental.org](http://pib.socioambiental.org). Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que

- (A) a distinção entre a *política indigenista* e a *política indígena* está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
- (B) a expressão *política indigenista* deixou de ser apropriada na medida em que uma *diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios*, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
- (C) a tentativa de estabelecer uma definição *menos ambígua do que seja a política indigenista* mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
- (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas *protagonizada[s] pelos próprios índios*, fossem abandonadas.
- (E) os agentes *não indígenas*, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em

- (A) ... que *interagem* com os povos indígenas... (3º parágrafo)
- (B) *As diversas mudanças no campo do indigenismo* [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
- (C) ...*boa parte das organizações e lideranças indígenas* vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
- (D) ...*têm* aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
- (E) *Somam-se a este universo de agentes* não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:

- I. O pronome destacado em ...e **que** também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
- II. Ambos os pronomes *aquela* e *ela* (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
- III. O pronome destacado em ...*como eles*, *têm aumentado...* (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva **sintética**, a forma verbal resultante será

- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente

- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas* vêm... (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:

- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão “política indigenista” foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

*Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.*

*A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.*

*A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.*

*A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.*

*A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.*

*Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.*

*Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.*

*Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.*

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. “Justiça e direitos: a construção da igualdade”. In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*

<p>9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,</p> <p>(A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.</p> <p>(B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.</p> <p>(C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.</p> <p>(D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.</p> <p>(E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.</p>	<p>14. A respeito da pontuação do texto, considere:</p> <p>I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após <i>lei</i>, no segmento <i>À lei igual para todos</i> (6º parágrafo).</p> <p>II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: <i>um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...</i> (1º parágrafo).</p> <p>III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após <i>individual</i>, no segmento <i>...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos</i>, pode ser suprimida. (5º parágrafo)</p>
<p>10. <i>Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:</p> <p>(A) <i>Poucos deixariam</i> de reconhecer na imagem...</p> <p>(B) <i>Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram</i> tanto tempo.</p> <p>(C) ...e <i>converte-se</i> em um atributo do próprio homem.</p> <p>(D) ... para se <i>materializarem</i>...</p> <p>(E) ...que <i>enfrentava</i> no Olimpo o deus da guerra, Ares.</p>	<p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:</p> <p>(A) <i>O justo não é mais correspondente à função designada</i> no corpo social... (atividades exercidas)</p> <p>(B) <i>À lei igual para todos incorpora-se</i> o princípio de que... (integra-se)</p> <p>(C) ...e o direito à <i>resistência</i>. (resistir)</p> <p>(D) ...e do acesso à <i>justiça</i>... (tribunais)</p> <p>(E) <i>Para terminar, voltou</i> à deusa Têmis... (evoco)</p>	<p>15. ...os supostos da modernidade (...) <i>dependem</i>, para se materializarem, da força do Judiciário...</p> <p>O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:</p> <p>(A) ...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.</p> <p>(B) ...carregando em uma das mãos uma balança...</p> <p>(C) <i>O justo não é mais correspondente à função...</i></p> <p>(D) ... e vive da desigualdade...</p> <p>(E) ... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.</p>
<p>12. ...que <i>enfrentava</i> no Olimpo o deus da guerra... ...questionar a <i>desigualdade</i> entre os indivíduos... ...um símbolo <i>atrapassou</i> os séculos...</p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes</p> <p>(B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou</p> <p>(C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou</p> <p>(D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os</p> <p>(E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou</p>	<p>16. Identifica-se ideia de <b>comparação</b> no segmento que se encontra em:</p> <p>(A) Assim, os supostos da modernidade...</p> <p>(B) ... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...</p> <p>(C) Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...</p> <p>(D) A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...</p> <p>(E) ... para indivíduos que são desiguais na vida real.</p>
<p>13. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, <i>pois</i>, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.</p> <p>O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de</p> <p>(A) conclusão.</p> <p>(B) finalidade.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) temporalidade.</p> <p>(E) concessão.</p>	<p>17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em</p> <p>(A) ...<i>imponente figura feminina</i>... (1º parágrafo)</p> <p>(B) ...<i>particularmente a liberdade e a igualdade</i>... (7º parágrafo)</p> <p>(C) ...que <i>enfrentava</i> no Olimpo o deus da guerra... (8º parágrafo)</p> <p>(D) ... que constrói e busca a igualdade. (8º parágrafo)</p> <p>(E) ...que tem valor em si mesmo... (3º parágrafo)</p>



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
  - Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
  - Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
  - Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
  - Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.
- 
- Noções de Direito Constitucional**
19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
  - é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
  - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
  - o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
  - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- 
20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa ... I..., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre ... II... ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.*
- Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:
- jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
  - física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
  - física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
  - jurídica pública – bens e valores públicos*
  - física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*
- 
21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:
- declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
  - decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
  - celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.
- Está correto o que consta em
- I e II, apenas.
  - II e III, apenas.
  - I, apenas.
  - I e III, apenas.
  - I, II e III.
- 
22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal
- Regional do Trabalho em cada Estado.
  - Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
  - Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
  - de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
  - de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.
- 
- Noções de Direito Administrativo**
23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que
- seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
  - sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
  - a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
  - sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
  - sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.

24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,

- (A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.
- (B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.
- (C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.
- (D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.
- (E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.

25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,

- (A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.
- (B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.
- (C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.
- (D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.
- (E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.

26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,

- (A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.
- (B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.
- (C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.
- (D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.
- (E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.

**Resolução nº 006/2003 – TJAP**

27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo

- (A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.
- (B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.
- (C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.
- (D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.
- (E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.

28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e *habeas data*, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é

- (A) do Plenário do Tribunal.
- (B) da Câmara Única do Tribunal.
- (C) da Secção Única do Tribunal.
- (D) do Presidente do Tribunal.
- (E) do Corregedor-Geral do Tribunal.

29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de

- (A) questão de ordem.
- (B) revisão criminal.
- (C) embargos infringentes.
- (D) apelação cível.
- (E) ação rescisória.

30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá

- (A) suscitação de conflito de competência.
- (B) mandado de segurança.
- (C) *habeas data*.
- (D) ação rescisória.
- (E) mandado de injunção.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM é uma
- organização civil voltada para a coleta de doações de acervos para os museus brasileiros e que, desde 2009, integra a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias.
  - fundação privada, sem fins lucrativos, criada em 2009, para assessorar iniciativas da sociedade civil ligadas ao patrimônio museológico.
  - organização não-governamental, criada em 2009, para auxiliar a constituição de museus universitários.
  - autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, criada em 2009, para implementar políticas públicas para os museus federais.
  - organização social, criada em 2009, para captar recursos financeiros junto à iniciativa privada a fim de promover o desenvolvimento de instituições museológicas.
- 
32. A “nova museologia” é um movimento de abrangência internacional, iniciado nos anos de 1960-70 e que colocou em discussão a atuação profissional dos museólogos. A “nova museologia” pode ser definida como um movimento
- que abriga posições muito heterogêneas, mas que tem em comum a oposição ao museu “tradicional”.
  - que abriga posições claras e convergentes, definidas em declaração lançada pelo International Council of Museums – ICOM.
  - de natureza profissional que reviu os direitos trabalhistas dos profissionais de museu, definindo o perfil da profissão de museólogo.
  - que preconiza reformulações nos espaços do museu, estimulando as práticas expositivas e a coleta de acervos.
  - que teve suas bases lançadas pioneiramente no Brasil e que levou à reformulação do modo de atuação dos museólogos em todo o mundo.
- 
33. Assim como o conhecimento científico não pode refletir a vida, tão pouco a restauração, nem a museologia, nem a difusão mais contextualizada e didática logrará abolir a distância entre realidade e representação. Toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz falar as coisas senão que fala sobre elas. (Néstor García Canclini). A afirmação de Canclini critica as práticas museológicas que
- buscam transformar o objeto histórico, entendido como categoria sociológica, em documento histórico, como categoria cognitiva.
  - compreendem os ambientes, os objetos e os personagens históricos como informações que devem ser interpretadas por aquele que produz o conhecimento sobre o passado.
  - buscam oferecer para o visitante de museus não uma vivência do passado, mas questões sobre o passado que possam estimular a reflexão.
  - se afastaram do realismo e empirismo aplicados ao tratamento de acervos e exposições e se voltaram para a investigação do passado entendido como objeto de conhecimento.
  - buscam a reconstituição de ambientes, objetos e personagens históricos, por entenderem que é possível resgatar o passado.
- 
34. A UNESCO e o IPHAN entendem por “patrimônio cultural imaterial”
- as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas eleitas pelas comunidades, grupos ou indivíduos e que não possuem uma forma material de expressão, nem lançam mão de meios materiais para a sua realização.
  - as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.
  - as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que os funcionários das instituições de preservação em nível federal, estadual e municipal escolhem como merecedores de se tornar parte integrante do patrimônio cultural do país.
  - o conjunto de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.
  - todos os produtos da cultura humana que não possuem uma dimensão material. Existindo somente de maneira abstrata, tais manifestações não são passíveis de destruição, mas sua identificação é necessária para que possam ser melhor compartilhadas por toda a sociedade.
- 
35. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses define a cultura material como aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos.
- A partir da definição de Meneses é correto afirmar que a cultura material é
- entendida como a parcela concreta da vida social que serve de veículo dos sentidos atribuídos pelos homens.
  - o resultado da ação humana sobre a matéria, desdobrando-se em atribuições de sentido, de forma e/ou de função.
  - uma linguagem, porém concreta, em que se comunicam de forma arbitrária os sentidos atribuídos aos objetos.
  - o conjunto de acervos reunidos pelos museus para serem estudados e divulgados em exposições e livros didáticos.
  - uma ação humana de natureza social, em que os objetos são apropriados para cumprir funções instrumentais.

36. O conceito de coleção é um dos mais difundidos na área de museus. No entanto, sua definição conheceu variações entre os estudiosos preocupados com o tema. Apesar das diferenças existentes, pode-se aceitar como definição de coleção, um conjunto de
- objetos materiais, de valor histórico, acumulado de modo automático ao longo do exercício de uma atividade, para exibi-lo a um público, amplo ou restrito.
  - objetos tridimensionais gerado de maneira orgânica no exercício de uma atividade profissional, institucional ou privada, para exibi-lo a um público, amplo ou restrito.
  - documentos com características comuns, reunidos intencionalmente, independente de sua proveniência, incluindo as coleções adquiridas ou formadas artificialmente pelo próprio museu.
  - objetos materiais, de valor prioritariamente administrativo, gerado de modo automático no exercício de uma atividade profissional, institucional ou privada.
  - documentos reunidos intencionalmente pelo museólogo, segundo sua proveniência e diversidade tipológica, para servir como testemunhos de acontecimentos.
37. O acervo de um museu se caracteriza pela presença predominante de objetos tridimensionais, que são fontes importantes para o conhecimento da sociedade e, por isso, precisam ser documentados. De acordo com os princípios gerais da documentação de acervos museológicos é correto afirmar que:
- Os acervos museológicos devem ser mantidos em segurança, seus dados devem ser considerados sigilosos, sendo acessíveis à equipe da instituição, porém não aos usuários do museu.
  - As peculiaridades de cada museu devem ser respeitadas, por isso, o profissional deve criar um sistema próprio de identificação e descrição de cada objeto.
  - A museologia aproxima-se da arquivologia no que concerne à documentação de acervos, pois ambas propõem o tratamento por conjuntos, chegando-se ao nível do catálogo somente em casos especiais.
  - As peculiaridades de cada museu devem se coadunar às normas já desenvolvidas para a documentação de acervos tridimensionais em museus. Nelas estão previstas a identificação e a descrição de cada objeto.
  - Cabe a cada pesquisador interessado no acervo produzir a sua documentação, pois as informações extraídas dos objetos dependem das questões que a própria pesquisa apresenta.
38. O Registro é parte do sistema de identificação e controle de cada unidade de acervo de um museu. Sua aplicação possui várias etapas. As etapas do registro de unidades de acervo em um museu são:
- descrição do estado de conservação, atribuição de descritores, registro da data de entrada e inscrição da unidade do acervo no livro tombo ou livro de registro.
  - medição, coleta de inscrições e classificação da unidade de acervo.
  - abertura de ficha de entrada, numeração e inscrição da unidade do acervo no livro tombo ou livro de registro.
  - levantamento bibliográfico, registro fotográfico e nome do responsável pela coleta da unidade de acervo.
  - numeração da unidade de acervo com etiqueta autoadesiva, classificação e inscrição no livro tombo ou livro de registro.
39. A descrição do acervo museológico é um procedimento fundamental para a sua identificação. As principais informações que compõem a descrição de um bem cultural de caráter museológico são:
- nome do grupo, sub-grupo e série a que pertence o bem cultural, conforme a sua classificação no quadro de arranjo institucional.
  - registro de difusão do acervo em publicações de caráter científico ou cultural, em exposições, em filmes de ficção, em documentários e em livros didáticos.
  - descrição pormenorizada das restaurações por que passou a unidade de acervo, acompanhada de documentação fotográfica extensa.
  - vocabulário controlado composto por palavras-chaves que remetam às características físicas, às pessoas, aos lugares, aos eventos e aos assuntos relacionados à unidade de acervo.
  - número de registro, denominação, situação, dimensões, material/técnica, estado de conservação, local de produção, data de produção, autor, marca e registro fotográfico.
40. Os museus são responsáveis pela integridade física de seus acervos. Para tanto, os museus devem vistoriar periodicamente suas coleções a fim de diagnosticar problemas de conservação ou de restauração. As ações de conservação e restauração têm como principal objetivo
- estabilizar o objeto utilizando procedimentos que sejam, na medida do possível, reversíveis e claramente identificáveis.
  - recuperar a forma original do objeto utilizando procedimentos que sejam permanentes, irreversíveis e não identificáveis a olho nu.
  - reverter o estado de deterioração do objeto recorrendo a procedimentos que garantam a sua fruição estética no seu estado original de manufatura.
  - estabilizar o objeto utilizando procedimentos que garantam o resgate de seus materiais, formas e cores originais.
  - estabilizar o objeto utilizando exclusivamente procedimentos de higienização, a fim de que não haja qualquer alteração de suas características físicas.
41. Uma das missões do museu é conservar os seus acervos. Para cumprir de maneira eficaz esta missão, o Museu deve
- manter o menor número possível de unidades de acervo em reserva técnica, pois é o seu uso em áreas expositivas que garante a sua visibilidade e, como decorrência, seu controle e sua conservação.
  - anticipar os riscos de destruição de seus acervos, implantando reservas técnicas isoladas, preferencialmente em subsolos seguros, próximas a instalações hidráulicas para facilitar o combate a incêndios.
  - evitar a presença de objetos originais nas áreas expositivas, conforme prevê as normas internacionais que preconizam o uso de réplicas associadas a reproduções e a dispositivos digitais.
  - manter as áreas de consulta, laboratórios de restauração, áreas de embalagem, marcenaria, fotografia e quarentena desconectadas das áreas de guarda do acervo.
  - possibilitar o acesso às coleções para fins de estudo e difusão, o que pressupõe planejar as formas de circulação, de organização e de acesso às áreas de guarda.



42. A Reserva Técnica de um museu se define como
- (A) espaços com funções múltiplas, dentre elas, a preparação de acervos para entrar em vitrines expositivas, a marcação de número de controle administrativo e a coleta de amostras para testes científicos.
  - (B) um espaço que atende a múltiplas demandas institucionais, dentre elas, a necessidade de armazenar em local seguro elementos de cenografia expositiva de alto custo, mas que estão temporariamente fora de uso.
  - (C) espaços que contêm acervos, dentre eles, o laboratório de conservação e restauração, o laboratório de documentação digital, as áreas expositivas e as salas de trabalho de pesquisadores.
  - (D) um espaço concebido para a guarda dos acervos da instituição, sendo, portanto, um lugar que deve ter um rígido controle de pessoas, de temperatura, de umidade e de agentes biológicos.
  - (E) uma sala isolada, também denominada sala de “quarentena”, onde ficam os acervos recém-adquiridos ou que retornaram de empréstimo.
43. O Código de Ética para os Museus, estabelecido pelo International Council of Museums – ICOM, orienta os profissionais de museus a
- (A) recomendar o profissional de sua confiança para auxiliar membros do público em questões relativas a objetos que não poderão ser adquiridos pela sua instituição.
  - (B) abster-se de recomendar, de maneira particular, um *merchant*, leiloeiro ou *expert* a um membro do público.
  - (C) manter coleções privadas, sempre que for do interesse do profissional, já que o museu nunca será capaz de atender à totalidade de ofertas de doações ou aquisições que lhe são oferecidas.
  - (D) manter independência profissional, podendo atuar no mercado de antiquário mediando aquisições para o museu em que trabalha.
  - (E) manter ateliê próprio de restauração para atender à demanda do Museu por tratamento de seus acervos.
44. É obrigação ética de um museu
- (A) alienar parte de seu acervo caso conclua que não tem condições de mantê-lo.
  - (B) administrar seus acervos de modo que parte deles possa ser convertida em ativos financeiros, caso o museu necessite investir em infraestrutura.
  - (C) garantir que, no caso de alienação de unidades do acervo, elas sejam adquiridas por pessoas ligadas à autoridade de tutela.
  - (D) definir os critérios e métodos de descarte definitivo de unidades de acervo.
  - (E) garantir que, sendo necessário o descarte de unidades de acervo, a decisão seja tomada por instâncias externas ao próprio museu.

45. Faz parte da ética profissional em museus
- (A) agir criticamente com relação às práticas administrativas e curatorias adotadas por sua instituição, opondo-se a elas sempre que estas lhes pareçam prejudiciais à profissão ou ao museu.
  - (B) seguir rigorosamente os procedimentos institucionais adotados pelos seus superiores hierárquicos, mesmo quando pareça que estes não estão de acordo com os códigos de conduta profissional.
  - (C) ser solidário à sua instituição, visando preservar a boa imagem pública desta, mesmo quando houver comportamentos profissionais ilegais ou antiéticos.
  - (D) publicizar as informações de qualquer natureza relativas às coleções do museu em que atua.
  - (E) manter sua autonomia profissional, preferindo fazer consultas bibliográficas em vez de consultas a outros colegas, em caso de tomada de decisões em que o seu conhecimento lhe parecer insuficiente.
46. Os museus federais, hoje sob administração do Instituto Brasileiro de Museus, formam um conjunto consolidado de instituições museais, grande parte delas fundada na primeira metade do século XX. São exemplos desses museus sob administração do IBRAM:
- (A) Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico Nacional, Museu Antônio Parreiras e Museu Imperial.
  - (B) Museu do Diamante, Museu da Inconfidência, Museu Lasar Segall e Museu da Abolição.
  - (C) Museu da República, Museu do Homem do Nordeste, Museu Victor Meirelles e Museu de Arte Sacra de São Paulo.
  - (D) Museu da Casa Brasileira, Museu de Arte de São Paulo, Museu de Arte Sacra de São João d'el Rey e Museu de Arte Sacra de Paraty.
  - (E) Museu Mariano Procópio, Museu Villa-Lobos, Museu do Ouro e Museu das Bandeiras.
47. O curso de graduação em Museologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) originou-se do Curso Técnico de Museus, o primeiro do Brasil, criado em 1932, podendo, portanto, ser considerado um resultado direto da instalação de políticas públicas nacionais voltadas a museus em nosso país. Assinale a alternativa que indica a instituição que o sediava e seu mentor intelectual.
- (A) Museu Imperial e Alcindo de Azevedo Sodré.
  - (B) Museu Nacional de Belas Artes e Oswaldo Teixeira.
  - (C) Museu Histórico Nacional e Gustavo Barroso.
  - (D) Museu Nacional e Edgard Roquette Pinto.
  - (E) Museu da Chácara do Céu e Raymundo de Castro Maia.
48. As primeiras medidas de preservação do patrimônio edificado no Brasil realizadas pela esfera federal foram iniciadas sob a Era Vargas (1930-1945), por ações como a restauração de edifícios e a instauração do instrumento jurídico do tombamento. Os tipos de bens culturais passíveis de serem preservados por esse instrumento jurídico são:
- (A) acervos de objetos decorativos e festas religiosas.
  - (B) acervos de arte contemporânea e capelas.
  - (C) culinária e fortalezas.
  - (D) conjuntos urbanos e cantigas de roda.
  - (E) danças e acervos numismáticos.

49. A acessibilidade universal em espaços museológicos é atualmente um dos grandes desafios para a inclusão plena do público visitante e para que se atinja amplamente a missão cultural dos museus. Entre os princípios que garantem essa acessibilidade universal estão:
- os textos suaves, com pouco contraste, preferencialmente em superfícies transparentes.
  - a organização de seminários temáticos e rotas de fuga sinalizadas para todos.
  - a garantia de uso equitativo e escadas com até cinco metros de desnível por lance.
  - os patamares em rampas e vitrines inquebráveis sempre acima de 1,60 m.
  - o mínimo esforço físico e iluminação equilibrada que evite reflexos.
50. A consolidação de parâmetros educativos em museus, que procuram ressaltar o caráter dialógico entre o visitante e o espaço museal, promoveu um amplo questionamento dos serviços educativos em museus e de sua forma de comunicar-se com o público. Nesta perspectiva, os funcionários desses serviços deveriam ser, prioritariamente,
- mediadores, que ampliam a formação do visitante a partir de suas especificidades e demandas.
  - monitores, que asseguram o aprendizado do visitante por meio da memorização de conteúdos e de informações novas.
  - educadores, que reforçam o caráter dos museus como espaços de educação formal de amplo alcance social.
  - guias, que devem priorizar a satisfação de demandas genéricas a todos os públicos.
  - monitores, que devem suavizar os conflitos de ideias numa visita, de modo a preservar a mensagem das exposições.
51. A formação de profissionais que trabalham em ações educativas em museus brasileiros dá-se, prioritariamente,
- em cursos de Museologia, que reforçam que o museólogo é o profissional especializado e exclusivo nessa atividade.
  - em cursos de Pedagogia, que se especializaram progressivamente nessa formação educativa.
  - em cursos de Pós-Graduação em Educação Museal, que formam profissionais atentos às demandas de públicos específicos.
  - nos próprios museus, mediante a formação continuada gerada no cotidiano das atividades e demandas.
  - em cursos de Jornalismo, que garantem o necessário conhecimento das técnicas de comunicação utilizadas em museus.
52. O uso de tecnologias eletrônicas em exposições (como projeções, terminais multimídias e sonorização) tem sido uma marca de museus recentes no Brasil. Em alguns deles, o uso de tais soluções, amplamente adotadas, acabou por retirar o protagonismo de acervos tridimensionais ou bidimensionais que marcam a trajetória dos museus no Ocidente. Os museus que optaram por essa estratégia curatorial que enfatiza as tecnologias em detrimento de acervos tradicionais são:
- Museu de Arte Contemporânea e Catavento Cultural (São Paulo).
  - Museu de Ciência e Tecnologia e Museu Iberê Camargo (Porto Alegre).
  - Museu de Artes e Ofícios (Belo Horizonte) e Memorial Minas Gerais Vale (Belo Horizonte).
  - Museu do Futebol e Museu da Língua Portuguesa (São Paulo).
  - Museu da Maré e Museu de Arte do Rio (Rio de Janeiro).
53. O uso de bancos de dados na gestão curatorial de coleções tem sido cada vez mais necessário, tendo em vista o aumento contínuo das mesmas, a ampliação de seu estudo e a necessidade de estabelecer programas de diálogo informacional entre museus. Indique a alternativa que contém o programa gerenciador de banco de dados voltado a acervos museológicos amplamente difundido no país, e a sigla da instituição que o criou.
- BARDI / MASP.
  - SAMBA / MHN.
  - DONATO / MNBA.
  - SIMBA / MAC-USP.
  - MUSEX / MAM-RIO.
54. O monitoramento de condições ambientais tem passado por rápida transformação nos últimos anos, com a introdução de equipamentos capazes de armazenar e sinalizar informações sobre o ambiente de áreas expositivas, auxiliando nos procedimentos de conservação. A alternativa que sinaliza um aparelho com tal desempenho é:
- Data-term.*
  - Data-base.*
  - Data-museum.*
  - Data-arch.*
  - Data-logger.*
55. A compreensão de que as atividades curatoriais devem ser concebidas como ações interdependentes, compostas por profissionais de diferentes áreas disciplinares, que se esforçam numa formulação coletiva visando à eficácia das ações de salvaguarda e comunicação, estão associadas, no Brasil, aos conceitos de
- curadoria fenomênica e trans-museologia.
  - curadoria intersubjetiva e curadoria pós-moderna.
  - curadoria solidária e cadeia curatorial operatória.
  - meta-museologia e educação patrimonial.
  - trans-curadoria e exposições autorais.
56. A montagem e manutenção de uma exposição em museu deve necessariamente garantir a salvaguarda dos objetos expostos, inclusive ambientalmente. São parâmetros adequados de conservação de acervos em exposição:
- Controlar a iluminação entre 500 e 750 lux de modo a garantir a visualização, sem comprometer a estabilidade dos acervos.
  - Manter-se a umidade relativa do ar no máximo até 70°, para evitar a proliferação de fungos nos objetos expostos.
  - Utilizar filtros UV sempre que a emissão dessa radiação na fonte de luz ultrapassar o limite máximo aceitável de 300 W/lm.
  - Não usar aspirador de pó para limpeza de salas, devido à elevação rápida da temperatura ambiente, devendo-se preferir o uso de vassouras.
  - O uso de iluminação solar deve ser favorecido por janelas amplas, pois é menos danosa ao acervo do que a luz artificial.
57. O uso de papel neutro é altamente recomendável para a conservação adequada de acervos museológicos em exposição, seja em *passe-partout*, suportes ou embalagens. Considera-se o papel neutro aquele com índice de PH próximo a
- 7,0.
  - 6,0.
  - 5,0.
  - 4,5.
  - 8,0.



58. *Mas conviria a instalação à exposição histórica? A instalação como parte de uma exposição, sem dúvida alguma. A instalação como forma ideal ou predominante, ou única, não, com certeza. A instalação é uma obra ambiental. Nessa medida, ela esvazia toda especificidade do documento histórico, que se amalgama com outros documentos e outros suportes, tudo metaforizado para produzir uma síntese estética.* (Ulpiano T. Bezerra de Meneses, 1994). Segundo essa proposta conceitual, um partido curatorial de uma exposição histórica deve

- (A) optar, por contraposição, pela teatralização das exposições, pois ela permite ao visitante ver o passado como ele realmente ocorreu.
- (B) utilizar instalações cenográficas altamente qualificadas, de modo a garantir que o passado seja representado com precisão.
- (C) adotar os *period-rooms* sempre que possível, pois o fato de serem conjuntos compostos por objetos fidedignos e provenientes de um mesmo local evita o falseamento histórico.
- (D) se basear sobretudo na cenografia e não na instalação, pois aquela assegura a contextualização dos objetos e cria relações interpretativas e de confronto entre eles.
- (E) explorar a percepção do visitante para favorecer que o acervo seja tratado como meio de problematização e não apenas como peça de um cenário.

59. *A tendência mais comum no museu histórico, previsível pela caracterização corrente que dele se fez, é a fetichização do objeto na exposição. Inserida numa dimensão de fenômenos históricos ou sociais, a fetichização tem que ser entendida como deslocamento de atributos do nível das relações entre os homens, apresentando-os como derivados dos objetos, autonomamente, portanto, "naturalmente"* (Ulpiano Bezerra de Meneses, 1994). Segundo essa concepção de artefato, pode-se inferir que as únicas características intrínsecas aos objetos são

- (A) os padrões de beleza.
- (B) as dimensões simbólicas.
- (C) os atributos físico-químicos.
- (D) as dimensões afetivas.
- (E) os valores estéticos.

60. A todo objeto de museu é atribuída forte carga simbólica. A escrivaninha, as roupas, os objetos de uso pessoal, a biblioteca de um grande jurista são tradicionalmente utilizados para representar o seu proprietário, quase como uma relíquia que substitui um santo católico. Francisco Regis Lopes Ramos (2004) lembra que essa *operação semântica direciona a percepção que dá a certos objetos o poder de sintetizar uma vida inteira, em sintonia com a memória que se deseja perpetuar. E assim os artefatos tornam-se sagrados, possuidores de uma sacralidade que, atualmente, não deve mais ser captada como fim em si mesma, mas na qualidade de matéria-prima do conhecimento histórico*. Tomando-se essa última concepção, necessitamos compreender que exposições de natureza biográfica devem

- (A) problematizar os sentidos atribuídos a esses objetos, de modo a discutir seu papel na construção da memória do personagem e da abordagem histórica.
- (B) confirmar o caráter testemunhal que emana dos objetos, de modo a permitir ao visitante o reconhecimento das características do proprietário original.
- (C) aproveitar o caráter biográfico dos objetos para incentivar no público o respeito aos valores que eles conservam.
- (D) evitar o uso de objetos do homenageado, pois isso é incompatível com a reflexão histórica em exposições.
- (E) celebrar o homenageado, pois a própria manutenção de objetos é uma evidência da importância do homenageado, que ultrapassou sua morte.